



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 8, agosto 2008. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 6,3 bilhões, contra R\$ 7,2 bilhões obtidos no mês anterior e R\$ 3,7 bilhões em agosto de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 10,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 4,1 bilhões e R\$ 39,4 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central no acumulado até agosto de 2008 atingiu R\$ 74,8 bilhões, equivalente a 3,99% do PIB estimado para o período.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUL 2008	AGO 2008	JAN - AGO 2007	JAN - AGO 2008
I. RECEITA TOTAL	62.844,3	58.451,1	395.212,3	466.240,9
I.1. Receitas do Tesouro	49.488,4	45.128,5	308.711,8	365.254,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	51.018,6	46.932,0	315.439,6	372.037,8
I.1.2. (-) Restituições	-1.530,2	-1.803,5	-6.727,8	-6.783,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.230,2	13.193,2	85.715,5	99.926,2
I.3. Receitas do Banco Central	125,7	129,4	785,1	1.060,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.265,8	12.080,6	68.567,4	84.585,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	53.578,5	46.370,5	326.644,9	381.655,5
IV. DESPESA TOTAL	46.380,9	40.095,1	275.187,9	306.817,2
IV.1. Despesas do Tesouro	30.794,5	22.672,8	161.653,0	181.176,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.016,3	9.524,0	75.129,6	82.141,8
IV.1.2. Custeio e Capital	17.710,1	13.080,6	86.247,1	98.515,4
IV.1.2.1. Despesa do FAT	3.342,4	2.651,4	11.500,2	13.527,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	1.303,1	-1.312,2	4.225,3	2.499,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.344,7	1.351,8	8.831,5	10.523,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.719,9	10.389,6	61.690,2	71.964,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.726,1	7.355,0	50.505,7	56.064,7
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.993,8	3.034,6	11.184,4	15.899,6
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	68,1	68,2	276,3	519,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	15.407,5	17.253,5	112.298,5	124.320,0
IV.3. Despesas do Banco Central	178,9	168,8	1.236,4	1.320,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.197,6	6.275,3	51.457,0	74.838,3
V.1. Tesouro Nacional	9.428,1	10.375,0	78.491,3	99.492,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.177,3	-4.060,3	-26.583,0	-24.393,8
V.3. Banco Central (4)	-53,2	-39,4	-451,3	-260,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,09%	3,99%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2008/2007	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	17,97%
Tesouro	18,32%
Previdência	16,58%
Transferências	23,36%
Receita Líquida	16,84%
Despesas	11,49%
Benefícios	10,70%
Pessoal	9,33%
Custeio e Capital	14,22%
FAT	17,63%
Subsídios	-40,84%
LOAS/RMV	19,16%
Outras	16,65%
Custeio	11,01%
Capital	42,16%
PIB estimado	12,55%

O resultado do mês de agosto refletiu, por um lado, a redução sazonal das receitas do Tesouro Nacional, relativamente a julho e, por outro lado, o decréscimo das despesas, principalmente, as de custeio. No que se refere às receitas, observou-se decréscimo de R\$ 4,1 bilhões, efeito este localizado na arrecadação: i) do IRPJ e CSLL (R\$ 3,2 bilhões e R\$ 1,4 bilhão) – decorrente do recolhimento, em julho, da primeira cota ou cota única referente à apuração trimestral encerrada em junho; e ii) da cota parte de compensações financeiras (R\$ 3,2 bilhões) em função do recolhimento, no mês de julho, da parcela trimes-

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	4,71%	5,30%
Previdência Social	-1,59%	-1,30%
Banco Central	-0,03%	-0,01%
Governo Central	3,09%	3,99%

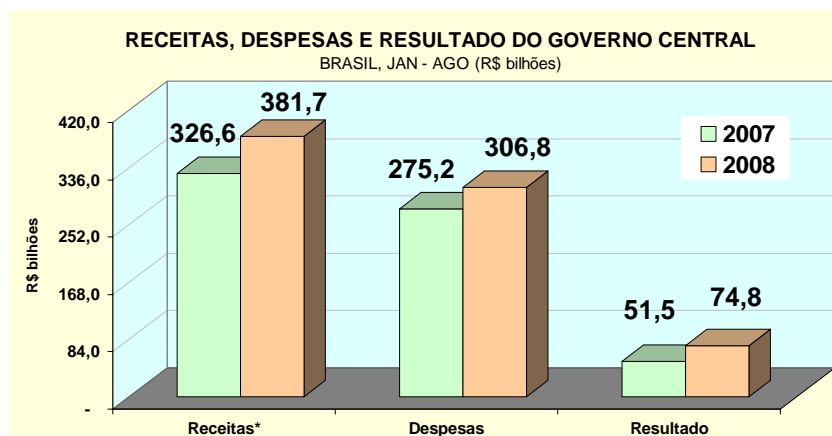
tral da participação especial na exploração de petróleo e gás natural. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo incremento de R\$ 4,0 bilhões na arrecadação de dividendos em agosto. Pelo lado das despesas do Tesouro Nacional, observou-se decréscimo de R\$ 8,1 bilhões em relação a julho, dos quais R\$ 3,5 bilhões relativos a dispêndios com pessoal e encargos sociais, explicados, principalmente, pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo Federal realizado em julho. Relativamente às despesas com subsídios e subvenções econômicas, verificou-se decréscimo de R\$ 2,6 bilhões, em decorrência do recebimento líquido de R\$ 1,7 bilhão do FND, contra desembolso líquido de R\$ 586,5 milhões registrados em julho. Houve também no mês redução de R\$ 1,6 bilhão nas despesas discricionárias.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 4,1 bilhões em agosto, contra R\$ 2,2 bilhões observados no mês anterior (elevação de 86,5%). Isto é reflexo do pagamento da primeira parcela do abono anual (13º salário) com competência em agosto e das alterações introduzidas pela Lei nº 11.665, de 29 de abril de 2008, que modificou o art. 41-A da Lei nº 8.213/1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social). A modificação introduzida pela Lei nº 11.665/2008 resultou em que parte do impacto financeiro da primeira parcela do abono com competência de agosto ocorreu no próprio mês de competência.

PRINCIPAIS VARIÁÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-AGO)

DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
Receitas	1,9%	4,8%
Tesouro	1,6%	5,1%
Previdência	3,7%	3,6%
Transferências	2,0%	9,6%
Receita Líquida	1,9%	3,8%
Despesas	2,8%	-0,9%
Benefícios	1,3%	-1,6%
Pessoal	2,9%	-2,9%
Custeio e Capital	4,8%	1,5%
FAT	10,9%	4,5%
Subsídios	-22,4%	-47,4%
LOAS/RMV	6,6%	5,9%
Outras	6,0%	3,6%
Custeio	2,9%	-1,4%
Capital	22,6%	26,3%

No ano, o resultado do Governo Central é 45,4% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 74,8 bilhões contra R\$ 51,5 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 3,09% para 3,99% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 3,8% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,6%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 0,9%.



O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 35,1% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação aos primeiros oito meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE – Combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI – Automóveis de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho.

Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (30,5%) e CSLL (35,5%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento da empresas, e a arrecadação atípica de R\$ 1,9 bilhão referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF-Rendimento do Trabalho (25,1%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Imposto de Importação (33,3%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; e iv) IRPF (15,3%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens. Por fim, as demais receitas cresceram 35,3%, em grande medida pelo incremento de R\$ 3,3 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular, de R\$ 4,0 bilhões na receita de dividendos, e de R\$ 5,4 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

As transferências a estados e municípios cresceram 23,4% (R\$ 16,0 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (18,3%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,51% contra 4,11% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 25,5% (R\$ 13,5 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,6%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,1% (R\$ 19,5 bilhões) em comparação com os primeiros oito meses de 2007. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 9,3% (R\$ 7,0 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo que representavam, ao final de

O crescimento de 18,0% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que se reflete no crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,17%	3,53%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,17%	0,07%
Demais	0,69%	0,84%
Total	4,11%	4,51%

¹ Inclui auxílio financeiro

As despesas de pessoal e encargos sociais ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

agosto de 2007, 4,51% do PIB, situaram-se, no mesmo período de 2008, em 4,38% do PIB.

Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram redução nominal de R\$ 1,7 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,12 p.p. do PIB, passando de 0,25% em 2007 para 0,13% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo acréscimo nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 1,0 bilhão), pela diminuição nas despesas do custeio agropecuário (R\$ 479,0 milhões), e pela redução nas despesas do programa Aquisição do Governo Federal (R\$ 415,7 milhões).

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	4,51%	4,38%
Custeio e Capital	5,17%	5,25%
Despesas do FAT	0,69%	0,72%
Subsídios e Subvenções ¹	0,25%	0,13%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,70%	3,84%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Até agosto de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,4% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 26,3% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,59% do PIB para 1,30% do PIB.

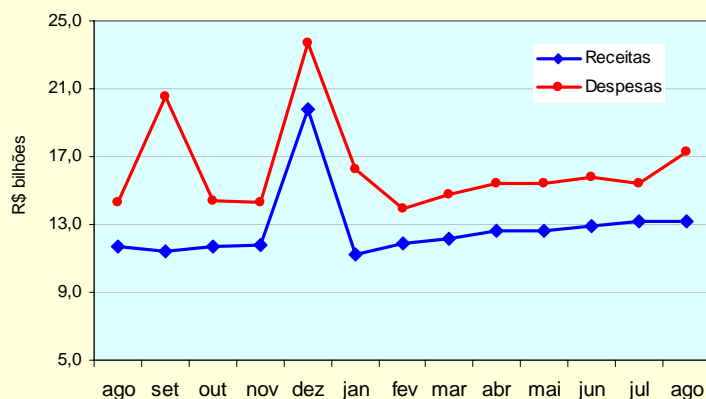
No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 16,7% (R\$ 10,3 bilhões) em relação ao acumulado até agosto do ano anterior, sendo 11,0% (R\$ 5,6 bilhões) referentes a custeio e 42,2% (R\$ 4,7 bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 1,4% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 26,3% acima da variação do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 24,4 bilhões no acumulado até agosto de 2008, contra R\$ 26,6 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 8,2%). A arrecadação líquida passou de R\$ 85,7 bilhões para R\$ 99,9 bilhões (16,6%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 87,0 bilhões para R\$ 103,2 bilhões (elevação de 18,6%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, com impacto positivo na arrecadação de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 12,0 bilhões (10,7%), atingindo o montante de R\$ 124,3 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,30%, 0,29 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,59%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	591,0	631,7	6,9%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, 2007/2008**

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,14%	5,33%
Benefícios	6,74%	6,63%
Res. Primário	-1,59%	-1,30%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 46,9 bilhões em agosto contra R\$ 51,0 bilhões verificados em julho (redução de 8,0%). Este desempenho é explicado pela queda de R\$ 3,3 bilhões nas receitas de impostos federais e de R\$ 1,4 bilhão nas receitas de contribuições, decorrente de fatores sazonais, sobretudo, do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, sem correlação no mês de agosto.

A receita bruta do Tesouro Nacional em agosto reduziu-se 8,0% relativamente ao mês anterior em função do recolhimento, no mês de julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 20,8 bilhões contra R\$ 24,1 bilhões em julho (decréscimo de 13,8%), refletindo a diminuição de R\$ 3,2 bilhões (redução de 33,2%) na arrecadação do IRPJ. As receitas de contribuições, por sua vez, totalizaram R\$ 17,6 bilhões contra R\$ 19,0 bilhões em julho (decréscimo de 7,2%).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 8,5 bilhões contra R\$ 7,9 bilhões em julho (crescimento de 7,8%). Houve queda de R\$ 3,2 bilhões na arrecadação de cota-parte de compensações financeiras, devido ao pagamento trimestral, em julho, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural. Por outro lado, verificou-se aumento de R\$ 4,0 bilhões nas receitas de dividendos da União, no comparativo com o mês anterior.

**RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008 (R\$ Milhões)¹**

DISCRIMINAÇÃO	JUL/08	AGO/08
Impostos	24.081,5	20.755,1
Imposto de Renda	17.602,0	13.833,6
IPI	3.439,8	3.544,4
Outros	3.039,6	3.377,1
Contribuições	19.007,8	17.630,0
Cofins	10.270,2	10.394,2
CPMF	14,3	13,6
CSLL	4.635,5	3.206,4
Cide - Combustíveis	362,9	413,9
Outras	3.725,0	3.601,9
Demais	7.929,2	8.546,9
Cota parte	4.529,2	1.333,3
Diretamente Arrecadada	1.686,7	1.668,7
Dividendos da União	501,8	4.550,4
Concessões	72,1	41,4
Outras	1.139,4	953,1
Total Bruto	51.018,6	46.932,0

¹ Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,83% do PIB, dos quais 9,36% correspondem à arrecadação de impostos, 7,60% a contribuições e 2,86% relativos às demais receitas.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF, da CSLL e do IPI.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 56,6 bilhões (17,9%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 315,4 bilhões para R\$ 372,0 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, no ano, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 14,0 bilhões (30,5%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 8,0 bilhões (35,5%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, combustíveis, fabricação de veículos automotores, comércio atacadista e metalurgia. Vale destacar também a arrecadação atípica da CSLL, em 2008, de R\$ 1,9 bilhão referente a débitos de exercícios anteriores em contestação judicial, bem como o aumento de 9% para 15% na alíquota desta contribuição, incidente sobre as instituições financeiras;
- b) elevação de R\$ 9,2 bilhões (19,6%) no IRRF, principalmente devido ao crescimento de 25,1% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR);
- c) incremento de R\$ 13,3 bilhões (20,4%) na Cofins e de R\$ 3,4 bilhões (19,6%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, comércio atacadista, metalurgia, combustíveis, serviços financeiros e telecomunicações;
- d) aumento de R\$ 8,2 bilhões (165,5%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nºs 6.306, de 2007, 6.339 e 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, em relação a igual período do ano anterior;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	135.640,0	175.686,0
Imposto de Renda	102.165,3	126.800,1
IPI	20.692,6	25.284,6
Outros	12.782,1	23.601,4
Contribuições	140.077,4	142.618,4
Cofins	65.134,5	78.431,5
CPMF	23.523,2	1.104,0
CSLL	22.470,9	30.437,0
Cide - Combustíveis	5.214,2	4.358,1
Outras	23.734,5	28.287,7
Demais	39.722,2	53.733,4
Cota parte	11.486,6	16.843,4
Diretamente Arrecadada	12.923,4	14.935,2
Dividendos da União	5.834,6	9.813,8
Concessões	1.089,8	4.409,0
Outras	8.387,7	7.731,9
Total Bruto	315.439,6	372.037,8

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- e) crescimento de R\$ 4,6 bilhões (22,2%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI – Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de de-cidial para mensal, com impacto a partir de junho; IPI – Outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em rela-ção ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de me-talurgia, fabricação de veículos automotores e fabricação de produtos de minerais não-metálicos; e IPI vinculado às importações, decorrente da ele-vação de 52,2% no valor em dólar das importações tributadas e de 0,8% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 17,0% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 2,6 bilhões (33,3%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 52,2% no valor em dólar das importações tributadas e de 3,8% na alíquota média do imposto, e da redução de 17,0% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (15,3%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da aliena-ção de bens (participações acionárias) e ao item declaração de ajuste; e
- h) redução de R\$ 22,4 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de ex-tinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apre-sentou acréscimo de R\$ 14,0 bilhões (35,3%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) incremento de R\$ 5,4 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; ii) crescimento de R\$ 4,0 bilhões na arrecadação de dividendos da União; iii) aumento de R\$ 3,3 bilhões nas receitas de concessões, explicada, em grande medida, pela arrecadação, em março de 2008, relativa a 9ª rodada de lici-tação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a li-çenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; e iv) aumento de R\$ 2,0 bilhões nas recei-tas diretamente arrecadadas.

Em agosto, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 12,1 bilhões contra R\$ 9,3 bilhões em julho, apresentando um incremento de R\$ 2,8 bilhões. Concorreram para este comportamento: i) a elevação de R\$ 3,4 bilhões (22,1%) nas transferências aos fundos de participação, como consequência da

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	8,14%	9,36%
Imposto de Renda	6,13%	6,76%
IPI	1,24%	1,35%
Outros	0,77%	1,26%
Contribuições	8,40%	7,60%
Cofins	3,91%	4,18%
CPMF	1,41%	0,06%
CSLL	1,35%	1,62%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,23%
Outras	1,42%	1,51%
Demais	2,38%	2,86%
Cota parte	0,69%	0,90%
Diretamente Arrecadada	0,78%	0,80%
Dividendos da União	0,35%	0,52%
Concessões	0,07%	0,24%
Outras	0,50%	0,41%
Total Bruto	18,92%	19,83%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Demais	39.722,2	53.733,4
Cota parte	11.486,6	16.843,4
Plano do Servidor (CPSS)	4.257,4	4.745,2
Diretamente Arrecadada	12.923,4	14.935,2
Dividendos da União	5.834,6	9.813,8
Concessões	1.089,8	4.409,0
Outras	4.130,3	2.986,8

**Transferências a
Estados e
Municípios**

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/08	AGO/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.109,9	8.617,3
CIDE-Combustíveis	370,7	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.622,7	3.300,8
Total	9.265,8	12.080,6

¹Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	52.799,0	66.261,3
CIDE - Combustíveis	1.379,5	1.302,7
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	2.820,6	1.316,1
Demais	11.568,4	15.705,3
Total	68.567,4	84.585,4

¹Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	Jul/08	Ago/08
Terceiro Decênio	8.379,5	12.429,9
Primeiro Decênio	3.703,9	2.839,3
Segundo Decênio	3.318,8	3.544,1
Total	15.402,1	18.813,3

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/08	AGO/08
Pessoal e Encargos	13.016,3	9.524,0
Custeio e Capital	17.710,1	13.080,6
Despesas do FAT	3.342,4	2.651,4
Subsídios e Subvenções ¹	1.303,1	-1.312,2
LOAS/RMV	1344,7	1351,8
Outras	11.719,9	10.389,6
Transferência ao Bacen	68,1	68,2

¹Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JUL/08	AGO/08
Agricultura	345,2	61,2
Custeio Agropecuário	46,0	1,0
Investimento Rural	2,8	0,3
Preços Agrícolas	59,0	-5,8
- EGF	0,0	0,1
- AGF	-0,1	-30,8
- Sustent. de preços	59,0	25,0
Pronaf	85,6	-2,1
Pesa	57,5	8,6
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	93,8	58,7
FUNCAFÉ	0,6	0,3
Outros	784,5	-1.698,8
Habituação (PSH)	146,6	0,0
FND	586,5	-1.670,8
Exportação (Proex)	51,5	-27,9
Total	1.129,7	-1.637,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decênio de julho; e ii) o acréscimo de R\$ 1,7 bilhão nas demais transferências em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 16,0 bilhões (23,4%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R\$ 68,6 bilhões em 2007 para R\$ 84,6 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 13,5 bilhões (25,5%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período, e pelo acréscimo de R\$ 3,0 bilhões (42,1%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo.

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 22,7 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 8,1 bilhões (26,4%) relativamente a julho. As despesas de custeio e capital reduziram-se em R\$ 4,6 bilhões (26,1%), concentradas nas seguintes rubricas: i) Subsídios e Subvenções Econômicas, R\$ 2,6 bilhões, (200,7%); ii) Outras Despesas de Capital, R\$ 1,3 bilhão (11,4%); e iii) Despesas no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, R\$ 691,0 milhões (20,7%). A queda de R\$ 3,5 bilhões (26,8%) nos gastos com pessoal e encargos sociais foi decorrente do adiantamento, em julho, da parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo.

No caso das despesas do FAT, verificou-se concentração de pagamento com benefícios de abono salarial PIS/Pasep, em julho, no montante de R\$ 2,0 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão, em agosto, conforme previsto no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2008/2009 (julho/2008 a junho/2009), regulamentado pela Resolução Codefat nº 579, de 24 de junho de 2008. Por sua vez, os gastos com seguro desemprego totalizou R\$ 1,1 bilhão, em agosto, contra R\$ 1,3 bilhão, no mês anterior.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, houve queda relativamente a julho de R\$ 1,6 bilhão (16,4%) nas despesas discricionárias, concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 657,7 milhões), da Educação (R\$ 237,5 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 206,3 milhões). Por outro lado, a execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R\$ 887,6 milhões, superior ao observado no mês anterior em R\$ 285,9 milhões (47,5%).

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o decréscimo decorreu, principalmente, nos dispêndios de apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de atividades econômicas no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND que passou de gasto de R\$ 586,5 milhões, em julho, para retorno líquido de R\$ 1,7 bilhão, em agosto.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,66% do PIB, contra 9,70% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 19,5 bilhões (12,1%) em relação a 2007, destacando-se os incrementos de R\$ 7,0 bilhões (9,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, e de R\$ 12,3 bilhões (14,2%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 0,13 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,51% em 2007, para 4,38% em 2008. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 2,8 bilhões (18,2%) e no Poder Executivo, acréscimo de R\$ 4,0 bilhões (6,6%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram aumento de R\$ 894,0 milhões (43,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,17% para 5,25% do PIB, (acrécimo de 0,08 p.p.), impulsionado pelo incremento de 0,13 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’, acréscimo de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT e 0,03 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,12 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 13,5 bilhões nos oito primeiros meses de 2008, contra R\$ 11,5 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados, que passou de 14,1 milhões para 14,3 milhões de trabalhadores.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Até o segundo quadrimestre de 2008, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, reduziram de 4,51% para 4,38% do PIB, em relação ao mesmo período do exercício anterior, ficando 2,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	4,51%	4,38%
Custeio e Capital	5,17%	5,25%
Despesas do FAT	0,69%	0,72%
Subsídios e Subvenções ¹	0,25%	0,13%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,70%	3,84%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

**DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-ago/01	1.268.596	-	433.147	-	835.449	-
média jan-ago/02	1.415.860	12%	511.724	18%	904.136	8%
média jan-ago/03	1.609.090	14%	615.004	20%	994.086	10%
média jan-ago/04	1.836.724	14%	776.790	26%	1.059.934	7%
média jan-ago/05	2.138.481	16%	981.309	26%	1.157.172	9%
média jan-ago/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	8%
média jan-ago/07	2.538.216	8%	1.219.547	10%	1.318.670	6%
média jan-ago/08	2.766.385	9%	1.337.405	10%	1.428.979	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,7 bilhão (19,2%) em relação ao acumulado até agosto de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo nos anos de 2007 e 2008 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a agosto de 2008 relativamente a 2007 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão foi destinado aos idosos e 1,4 milhão aos portadores de deficiência.

Até o segundo quadrimestre de 2008, as despesas com Subsídios, Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 4,2 bilhões em 2007. A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R\$ 447,7 milhões, em 2007, para R\$ 1,4 bilhão, em 2008. No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Custeio Agropecuário, R\$ 479,0 milhões (68,6%); ii) Aquisição do Governo Federal, R\$ 415,7 milhões (279,4%); e iii) Sustentação de preços, R\$ 102,0 milhões (11,9%).

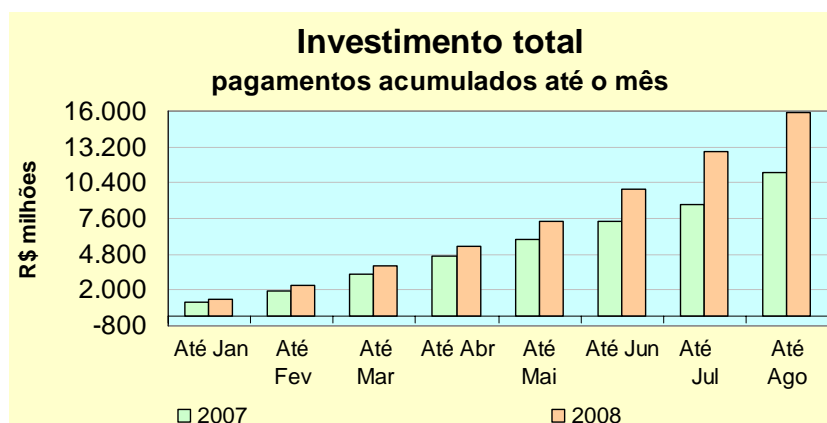
**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	2.901,9	1.914,0
Custeio Agropecuário	698,7	219,6
Investimento Rural	25,6	27,9
Preços Agrícolas	1.013,7	493,7
- EGF	6,5	4,1
- AGF	148,8	-267,0
- Sustent. de preços	858,5	756,5
Pronaf	599,8	520,2
Pesa	215,3	252,9
Cacau	0,3	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	348,5	383,7
FUNCAFÉ	0,0	16,0
Outros	-174,9	-1.119,4
Habitação (PSH)	126,8	282,0
FND	-447,7	-1.433,2
Exportação (Proex)	146,1	31,7
Total	2.727,0	794,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

Até agosto de 2008, os gastos com investimento do governo federal apresentaram incremento de R\$ 4,7 bilhões (42,2%), ficando 26,3% acima da variação nominal do PIB estimado para o período.



As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 10,3 bilhões no período (16,7%), sendo R\$ 4,7 bilhões (42,2%) relativos aos investimentos totais e R\$ 5,6 bilhões (11,0%) aos demais gastos correntes. Enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,4% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 26,3% acima da variação do PIB. Destaque para as despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO de 2008), que totalizaram R\$ 4,2 bilhões em 2008 contra R\$ 2,4 bilhões (76,6%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R\$ 5,8 bilhões (11,2%). Desse total corresponderam às despesas com os Ministérios da Educação, R\$ 1,7 bilhão, com o Ministério do Desenvolvimento Social, R\$ 1,3 bilhão, e com o Ministério da Saúde, R\$ 1,2 bilhão. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministérios da Previdência Social (R\$ 87,7 milhões).

O montante pago de restos a pagar (RP) até agosto de 2008 correspondeu a R\$ 10,3 bilhões, equivalente a 45,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 51,6% no mesmo período do ano anterior. Dos RAP pagos em 2008, R\$ 5,2 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 34,3% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 767,6 milhões), da Saúde (R\$ 687,5 milhões), dos Transportes (R\$ 571,7 milhões) e da Defesa (R\$ 464,7 milhões).

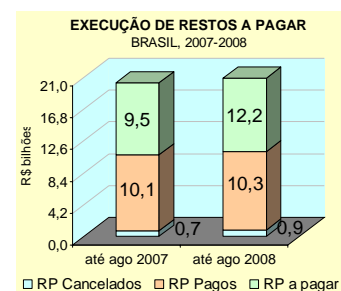
Em agosto, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 4,1 bilhões, superior em R\$ 1,9 bilhão ao registrado em julho (elevação de 86,5%). Isso se deve essencialmente ao pagamento antecipado de metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a parte dos segurados e dependentes da Previdência Social, nos termos do Decreto nº 6.525, de 31 de julho de 2008. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 24,4 bilhões contra R\$ 26,6 bilhões observados no mesmo período de 2007 (decréscimo de 8,2%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.162,5	1.439,9
Legislativo/Judiciário	3.133,1	3.487,6
Crédito Extraordinário ¹	2.651,4	4.541,2
Projeto Piloto de Investimento ²	2.388,4	4.219,0
Outras ³	578,6	690,6
Discricionárias	51.776,3	57.586,1
d/q Min. da Saúde	23.920,3	25.113,9
Min. do Des. Social	6.829,5	8.112,8
Min. da Educação	4.537,3	6.279,1
Min. da Defesa	3.280,7	3.558,7
Min. da Ciência e Tec.	1.664,6	1.920,0
Min. do Des. Agrário	1.038,7	1.136,2
Min. da Previdência	843,5	755,8
Min. da Justiça	846,2	982,9
Min. dos Transportes	832,6	971,8
Demais	7.982,9	8.754,8
Total	61.690,2	71.964,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Previdência Social

Em agosto, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 4,1 bilhões. No período de janeiro a julho de 2008, o déficit atingiu R\$ 24,4 bilhões, equivalentes a 1,30% do PIB. O déficit do RGPS foi 8,2% abaixo do verificado nos oito primeiros meses de 2007. Em proporção do PIB, o déficit previdenciário caiu 0,29 ponto percentual.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL	AGO	JAN - AGO	
	2008	2008	2007	2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	13.230,2	13.193,2	85.715,5	99.926,2
Arrecadação Bruta	14.660,8	14.597,7	94.936,8	111.449,8
- Contribuição Previdenciária	13.564,2	13.617,5	87.018,1	103.215,8
- Simples	890,8	824,9	6.063,8	6.746,6
- CFT	51,0	31,2	470,6	451,8
- Depósitos Judiciais	128,6	98,9	1.013,2	836,6
- Refis	26,1	25,2	186,6	199,1
- Outras Receitas	0,0	0,0	184,4	0,0
(-) Restituição/Devolução	-38,6	-47,9	-352,6	-224,7
(-) Transferências a Terceiros	-1.392,0	-1.356,5	-8.868,7	-11.298,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	15.407,5	17.253,5	112.298,5	124.320,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.177,3	-4.060,3	-26.583,0	-24.393,8
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,59%	-1,30%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	85.715,5	99.926,2	16,6%
Benefícios	112.298,5	124.320,0	10,7%
Res. Primário	-26.583,0	-24.393,8	-8,2%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 13,2 bilhões em agosto, representando redução de R\$ 37,0 milhões (0,3%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros oito meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 14,2 bilhões (16,6%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 87,0 bilhões para R\$ 103,2 bilhões (elevação de 18,6%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e julho de 2008 foi 14,8% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

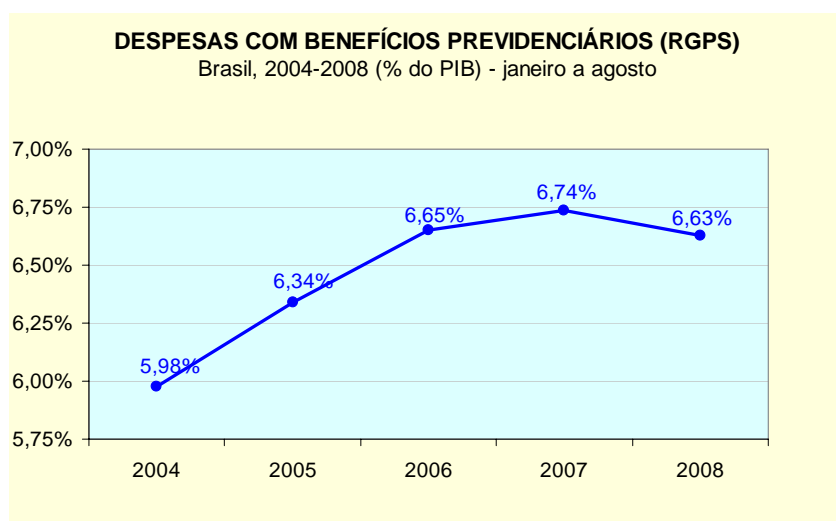
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	591,0	631,7	6,9%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios apresentaram, em agosto, aumento de R\$ 1,8 bilhão (12,0%) com relação ao mês anterior, decorrente sobretudo do pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.525, de 31 de julho de 2008, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.665, de 29 de abril de 2008. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, receberiam no mês seguinte (setembro) essa parcela antecipada do abono anual. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 12,0 bilhões (10,7%), atingindo o montante de R\$ 124,3 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 40,77 (6,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos

benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 538,5 mil (2,5%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a agosto de cada ano. Observa-se que tais despesas reduziram-se em percentual do PIB de 2007 para 2008: de 6,74% para 6,63%.



Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,74% do PIB no acumulado de janeiro a agosto de 2007 para 6,63% do PIB no mesmo período em 2008.

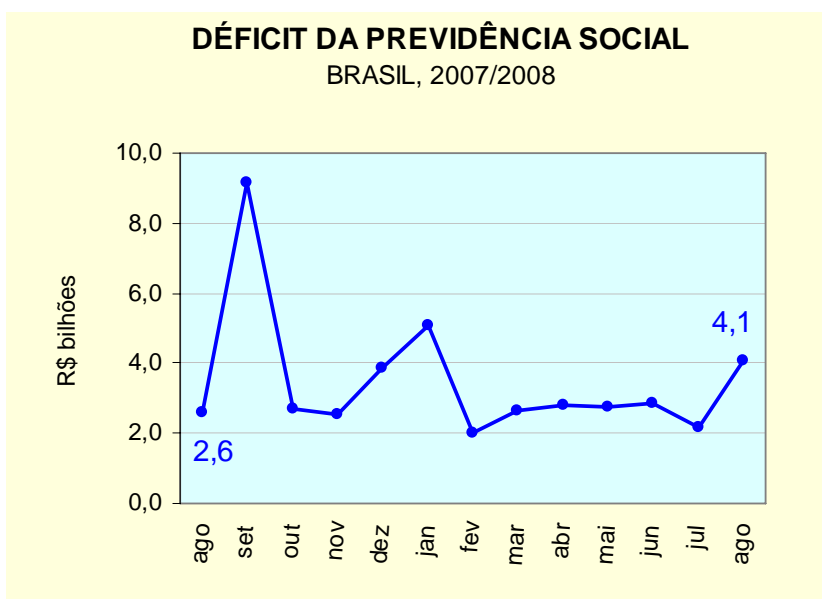
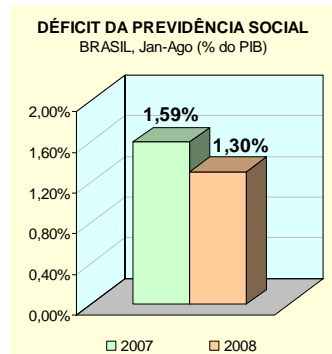
No estoque de benefícios dos primeiros oito meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 521,8 mil aposentadorias (3,8%) e de 179,2 mil pensões por morte (2,9%), e a redução de 174,7 mil benefícios de auxílio-doença (11,5%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

	Em mil benefícios			
	JUL		AGO	
	2008	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	22.493	22.507	21.759	22.297
Previdenciários	21.705	21.719	21.014	21.520
Aposentadorias	14.206	14.241	13.559	14.078
Idade	7.350	7.372	6.988	7.283
Invalidez	2.812	2.814	2.736	2.790
Tempo de contribuição	4.044	4.055	3.835	4.005
Pensão por morte	6.192	6.197	5.973	6.153
Auxílio-Doença	1.206	1.184	1.406	1.199
Salário - maternidade	57	54	40	49
Outros	43	43	36	42
Acidentários	787	787	744	778
Aposentadorias	152	152	147	151
Pensão por morte	128	128	129	129
Auxílio - doença	155	154	113	146
Auxílio - acidente	272	272	270	271
Auxílio - suplementar	81	81	85	82

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,14%	5,33%
Benefícios	6,74%	6,63%
Res. Primário	-1,59%	-1,30%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao período de janeiro a agosto do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se 0,11 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,30% do PIB, 0,29 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,59%).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN em agosto totalizou R\$ 721,9 bilhões, resultando em um crescimento de R\$ 2,9 bilhões em relação ao saldo do mês anterior, consequência do crescimento de R\$ 2,8 bilhões no estoque da dívida externa líquida. Em relação ao PIB, o aumento foi de 0,1 ponto percentual da DLTN no mesmo período.

Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 24,7% do PIB, aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao registrado em julho.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	559.668	625.731	625.801
I.1. Dívida Interna	1.516.038	1.607.107	1.630.174
I.2. Haveres Internos	956.370	981.376	1.004.373
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	122.893	93.260	96.054
II.1. Dívida Externa	123.187	93.515	96.321
II.2. Haveres Externos	294	255	267
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	682.561	718.991	721.855
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,6%	24,6%	24,7%

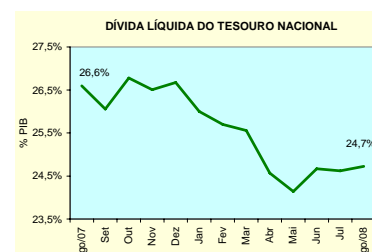
(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional teve queda de 1,9 ponto percentual do PIB, diminuindo de 26,6% em agosto de 2007 para 24,7% em agosto de 2008. Em termos nominais houve crescimento de R\$ 39,3 bilhões no mesmo período, consequência do aumento de R\$ 66,1 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, contra uma redução de R\$ 26,8 bilhões na Dívida Externa Líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto em R\$ 625,8 bilhões, o equivalente a 21,4% do PIB. Em comparação ao mês de julho, houve aumento de R\$ 70,3 milhões em termos nominais, permanecendo estável em relação ao PIB. O estoque da dívida interna aumentou R\$ 23,1 bilhões no mês de agosto, mas foi compensado pelo crescimento de R\$ 23,0 bilhões nos haveres internos.

Por sua vez, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi, principal componente das obrigações do Tesouro Nacional, cresceu R\$ 23,0 bilhões em relação ao mês de julho, situando-se 0,8 ponto percentual do PIB acima da



Dívida Interna Líquida

Em agosto, a Dívida Interna Líquida tomada em proporção do PIB ficou igual ao nível observado no mês anterior, 21,4%.

relação verificada no mês anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 18,8 bilhões no estoque em poder do público e R\$ 3,8 bilhões no estoque em poder do Banco Central.

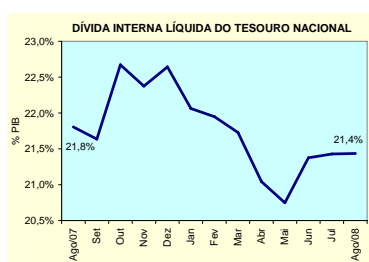


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA	1.516.038	1.607.107	1.630.174
I.1. Dívida Mobiliária	1.493.515	1.584.613	1.607.611
DPMFI em Poder do Público ¹	1.189.087	1.204.405	1.223.195
DPMFI em Poder do Banco Central	315.889	398.582	402.357
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(11.461)	(18.374)	(17.941)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.523	22.494	22.564
II. HAVERES INTERNOS	956.370	981.376	1.004.373
II.1. Disponibilidades Internas	265.894	222.228	237.736
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	400.099	439.179	444.231
II.3. Haveres da Administração Indireta	185.314	198.694	199.513
II.4. Haveres Administrados pela STN	105.062	121.274	122.893
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	559.668	625.731	625.801
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,8%	21,4%	21,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2007	2008	
	AGO	JUL	AGO
Em Poder do Público	1.189	1.204	1.223
LFT	418,5	443,5	451,3
LTN	314,4	226,6	232,3
NTN-B	218,8	284,0	285,6
NTN-C	63,2	57,4	57,2
NTN-F	118,8	145,3	152,3
Demais ¹	55,5	47,6	44,5
Aplic. em Tit. Púb.	-11,5	-18,4	-17,9
Na carteira do BCB	315,9	398,6	402,4
Total	1.493,5	1.584,6	1.607,6
% PIB	58,19%	54,27%	55,07%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

O crescimento do estoque de títulos em poder do público decorreu das emissões líquidas correspondentes a R\$ 6,1 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 12,6 bilhões. Foram R\$ 20,8 bilhões de emissões, contra R\$ 14,7 bilhões de resgate. Em relação à carteira do Banco Central as emissões totalizaram R\$ 1,5 bilhão e os resgates somaram R\$ 1,8 bilhão, mais apropriação de R\$ 4,1 bilhões de juros.

As variações mais expressivas na carteira em poder do público ficaram por conta do crescimento de R\$ 7,8 bilhões no estoque de LFT, em função da emissão líquida de R\$ 3,4 bilhões mais incorporação de R\$ 4,5 bilhões de juros; do aumento de R\$ 7,0 bilhões no estoque de NTN-F, decorrente da emissão líquida de R\$ 5,5 bilhões e apropriação de R\$ 1,5 bilhão de juros; e do incremento de R\$ 5,7 bilhões no estoque de LTN, resultante da emissão líquida de R\$ 3,4 bilhões mais a apropriação de R\$ 2,3 bilhões de juros no período.

**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, AGO/2008**

Título	Saldo Jul/08	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Ago/08
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.204,4	20,8	-14,7	12,6	1.223,2
LFT	443,5	4,4	-1,0	4,5	451,3
LTN	226,6	4,5	-1,1	2,3	232,3
NTN-B	284,0	6,2	-8,0	3,3	285,6
NTN-C	57,4	0,0	-0,5	0,3	57,2
NTN-F	145,3	5,5	0,0	1,5	152,3
Demais ¹⁴	47,6	0,3	-4,1	0,8	44,5
Na carteira do BCB	398,6	1,5	-1,8	4,1	402,4
Total	1.603,0	22,3	-16,5	16,7	1.625,6

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A DPMFi em poder do público apresentou emissões líquidas de R\$ 6,1 bilhões.

Os haveres internos totalizaram R\$ 1,0 trilhão, aumento de R\$ 23,0 bilhões ou 2,3% em relação ao mês anterior. Aumentaram as disponibilidades internas, R\$ 15,5 bilhões, os haveres juntos aos Governos Regionais, R\$ 5,1 bilhões, e os haveres administrados pela STN, R\$ 1,6 bilhão.

A expansão verificada nos haveres junto aos entes da federação foi reflexo dos aumentos ocorridos nos saldos dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, em função do efeito líquido da atualização monetária, da incidência dos juros contratuais sobre os saldos e das amortizações ocorridas no período.

Os haveres administrados pelo Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 1,6 bilhão em relação ao mês anterior. O saldo dos haveres da administração indireta, por sua vez, apresentou pequeno aumento R\$ 0,8 bilhão, reflexo do aumento de R\$ 1,3 bilhão nas disponibilidades do FAT, expansão de R\$ 0,5 bilhão no patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais, contra uma redução de R\$ 0,9 bilhão nos demais fundos.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em agosto aumentou R\$ 2,8 bilhões ou 3,0% em relação ao mês anterior, totalizando no mês R\$ 96,1 bilhões contra R\$ 93,3 bilhões em julho. Em proporção do PIB, o aumento foi de 0,1 ponto percentual, crescendo de 3,2% no mês anterior para 3,3% em agosto. Esse aumento é explicado basicamente pela depreciação cambial no período, o qual contribuiu com R\$ 2,8 bilhões para o aumento da dívida expressa em moeda nacional. Por seu turno, os resgates superaram as emissões e os juros nominais apropriados por competência em R\$ 25,4 milhões. Do montante total

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2007/2008**

Discriminação	R\$ bilhões		
	2007		2008
	AGO	JUL	AGO
Lei 9.496/97	272,3	311,0	315,0
MP 2.185/01	42,4	48,6	49,4
Lei 8.727/93	45,4	42,4	42,3
Antecipação de Royalties	13,5	13,0	13,1
Bônus Renegociados	8,8	6,4	6,6
Lei 7.976/89	2,4	1,2	1,2
Demais Haveres	15,4	16,6	16,7
Total	400,1	439,2	444,2
% PIB	15,59%	15,04%	15,22%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2007/2008**

Entidade	R\$ bilhões		
	2007		2008
	AGO	JUL	AGO
FAT	124,9	129,5	130,7
Fundos Regionais	36,8	42,3	42,8
Demais	23,7	26,9	26,0
Total	185,3	198,7	199,5

Dívida Externa Líquida

da dívida externa, a dívida mobiliária de R\$ 74,0 bilhões representa 76,9% do total e a dívida contratual de R\$ 22,3 bilhões corresponde a 23,1%.

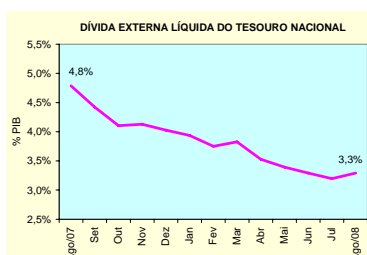
A Dívida Externa Líquida em agosto totalizou R\$ 96,1 bilhões, equivalente a 3,3% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R\$ 2,8 bilhões, explicado pela depreciação cambial no mês.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA EXTERNA	123.187	93.515	96.321
I.1. Dívida Mobiliária	96.071	71.924	74.023
Euro	13.605	9.925	9.812
Global US\$	71.692	51.457	53.556
Global BRL	10.367	10.268	10.367
Demais	406	274	287
I.2. Dívida Contratual	27.116	21.591	22.298
Organismos Internacionais	22.491	18.141	18.720
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.625	3.450	3.578
II. HAVERES EXTERNOS	294	255	267
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	294	255	267
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	122.893	93.260	96.054
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,8%	3,2%	3,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou significativa redução, R\$ 26,8 bilhões, ou o equivalente a 1,5 ponto percentual do PIB, passando de R\$ 122,9 bilhões em agosto de 2007 para R\$ 96,1 bilhões em agosto de 2008. Essa redução é explicada tanto pela apreciação cambial, quanto pelos resgates líquidos do período.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, AGO/2008

R\$ milhões

Discriminação	Saldo Jul/08	Fatores de Variação ¹				Saldo Ago/08
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	71.924	-	(541)	553	2.086	74.023
Global US\$	51.457	-	(541)	410	2.230	53.556
Euro	9.925	-	-	43	(156)	9.812
Global BRL	10.268	-	-	99	-	10.367
Demais	274	-	-	1	12	287
Dívida Contratual	21.591	15	(115)	61	745	22.298
Org. Internacionais	18.141	10	(83)	44	608	18.720
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.450	6	(31)	17	137	3.578
Total	93.515	15	(655)	614	2.831	96.321

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Agosto 2008/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Ago/2007	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2008
I. RECEITA TOTAL	48.673,0	49.294,9	54.692,0	52.552,1	67.121,6	64.569,0	50.116,0	55.681,6	63.541,3	54.830,0	56.207,5	62.844,3	58.451,1
I.1. Receitas do Tesouro	36.891,7	37.834,8	42.886,6	40.627,7	47.081,3	53.226,3	38.065,6	43.408,4	50.766,4	42.038,1	43.132,7	49.488,4	45.128,5
I.1.1. Receita Bruta	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0
- Impostos	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1
- Contribuições	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0
- Demais ¹	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,3	4.449,3	7.929,2	8.546,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.684,0	11.392,6	11.711,9	11.763,4	19.828,3	11.206,9	11.927,5	12.134,0	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2
I.3. Receitas do Banco Central	97,3	67,5	93,5	161,0	212,0	135,8	122,9	139,2	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.487,2	7.896,9	8.123,3	9.551,4	11.465,8	10.217,4	11.350,3	9.891,9	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	271,6	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	470,8	0,0	470,8	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0
II.4. Demais	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	40.185,8	41.398,0	46.568,7	43.000,7	55.655,8	54.351,6	38.765,7	45.789,7	53.099,3	42.935,7	46.764,6	53.578,5	46.370,5
IV. DESPESA TOTAL	36.522,2	41.359,3	36.690,7	38.496,6	63.708,2	38.991,1	33.550,4	35.184,5	36.380,6	37.387,5	38.847,0	46.380,9	40.095,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	8.682,0	8.962,2	9.015,0	10.024,7	13.240,5	12.570,9	9.506,4	9.031,8	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	14.270,4	20.550,4	14.406,3	14.324,1	23.714,2	16.295,8	13.954,8	14.769,9	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5
IV.3. Custeio e Capital	13.362,0	11.678,2	13.071,8	13.899,0	26.396,6	9.902,3	9.903,5	11.129,8	11.630,6	12.372,0	12.786,4	17.710,1	13.080,6
IV.3.1. Despesa do FAT	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4
- Abono e Seguro Desemprego	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2
- Demais Despesas do FAT	28,4	71,0	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	657,3	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	557,5	328,8	524,4	1.303,1	-1.312,2
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	546,9	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7	-1.637,6
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	110,5	183,3	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	325,3
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	38,1	11,1	38,6	64,6	130,2	23,5	68,2	81,9	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2
IV.5. Despesas do Banco Central	169,7	157,4	159,1	184,2	226,7	198,6	117,5	171,1	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.663,5	38,7	9.878,0	4.504,1	-8.052,4	15.360,4	5.215,3	10.605,3	16.718,7	5.548,1	7.917,6	7.197,6	6.275,3
V.1. Tesouro Nacional	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.512,1	7.237,2	13.273,0	19.544,9	8.320,7	10.801,3	9.428,1	10.375,0
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3
V.3. Banco Central ⁶	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	305,4	101,0	23,8	0,0	0,0	148,4	143,2	146,3	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-523,2	672,1	115,9	279,5	-635,8	1.196,5	-1.270,3	287,8	0,8	-770,2	-984,9	445,2	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	3.445,7	811,8	10.017,7	4.783,6	-8.688,1	16.705,3	4.088,2	11.039,3	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-7.561,9	-9.622,4	-10.899,3	-7.240,3	-7.169,0	-6.469,2	-10.407,0	-7.795,2	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-4.116,2	-8.810,7	-881,6	-2.456,7	-15.857,1	10.236,2	-6.318,8	3.244,1	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	655,4	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4
RMV ⁴	159,1	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Ago/2007	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	53.453,5	52.979,0	53.302,0	58.932,5	80.050,6	46.651,1	59.324,0	54.872,4	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3
I.1 - Recolhimento Bruto	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4
I.5 - Receita do Salário Educação	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	48.238,0	59.494,5	48.887,3	60.631,1	59.019,1	67.755,6	47.453,0	51.392,8	53.215,0	56.295,1	60.648,5	64.349,4	49.062,2
II.1 - Liberações Vinculadas	10.136,8	9.820,6	9.804,5	11.408,9	11.978,1	13.810,2	13.733,2	10.994,6	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9
II.2 - Liberações Ordinárias	38.101,2	49.673,9	39.082,8	49.222,3	47.041,0	53.945,4	33.719,8	40.398,2	40.778,7	42.387,7	49.316,1	53.074,9	34.845,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3	10.844,9	13.572,2	10.927,5	10.537,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0
i) Dívida Contratual Interna	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0
ii) Dívida Contratual Externa	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,1	7.869,9	8.693,2	8.249,7	9.683,5	9.333,4	7.796,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	5.215,5	-6.515,5	4.414,7	-1.698,7	21.031,5	-21.104,5	11.871,0	3.479,6	5.647,3	4.487,0	-2.925,4	-5.023,9	16.855,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	12.357,6	34.026,6	66.595,0	21.385,5	16.462,8	24.067,3	34.613,8	21.769,9	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5
V. DESPESAS	5.482,3	23.829,6	41.292,2	7.071,0	19.498,1	44.541,4	1.345,8	22.404,9	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6
V.1 - Amortização da Dívida Interna	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5
V.1.2 - Dívida Contratual	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	7.784,2	10.031,1	25.407,2	15.019,2	-3.711,1	-19.647,4	32.715,7	8,0	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	16.993,4	6.120,3	29.994,5	13.299,0	22.850,8	-47.774,8	49.048,2	9.077,3	-32.493,2	24.820,8	40.779,6	-75.969,3	35.676,7

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Ago/2007	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	5.502,5	2.438,7	15.476,9	2.483,1	10.154,6	31.528,5	4.709,1	6.232,6	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9
I.1. Emissão de Títulos	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	600,0	0,0	15.200,0	1.800,0	5.300,0	37.724,6	800,0	0,0	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5
II.2. Encargos da DPMF	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5
III. RESULTADO (I - II)	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Ago/2007	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0
IV. PRONAF	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8
V. PROEX	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6
VII. CACAU	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3	52,6	25,6	23,7	22,0	27,2	80,0	93,8	58,7
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8
XIII. TOTAL	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7	-1.637,6

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Ago/07	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/08
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	559.668,4	561.748,3	595.507,0	595.868,4	610.408,2	600.252,2	602.298,4	601.469,9	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.801,2
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.516.038,2	1.530.079,5	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9
DPMFi em Poder do Banco Central	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-11.460,9	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2
Demais Obrigações Internas	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6
I.2. HAVERES INTERNOS	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.373,2
Disponibilidades Internas	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.736,0
Haveres junto aos Governos Regionais	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9
Haveres da Administração Indireta	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.513,0
Haveres Administrados pela STN	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2	108.604,2	107.101,5	102.933,6	105.949,9	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5
II.1. DÍVIDA EXTERNA	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8
Dívida Mobiliária	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9
Dívida Contratual	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9
II.2. HAVERES EXTERNOS	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	682.561,0	676.546,2	703.310,5	705.795,5	719.012,4	707.353,7	705.232,0	707.419,8	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.854,7
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	26,6%	26,1%	26,8%	26,5%	26,7%	26,0%	25,7%	25,6%	24,6%	24,1%	24,7%	24,6%	24,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/07	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/08
I. DÍVIDA INTERNA	1.516.038,2	1.530.079,5	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9
LFT	418.467,9	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9
LTN	314.408,4	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2
NTN-B	218.793,5	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7
NTN-C	63.152,8	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0
NTN-F	118.808,9	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3
Dívida Securitizada	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2
Demais Títulos em Poder do Público	33.714,7	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0
LFT	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3
LTN	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6
Demais Títulos na Carteira do BCB	97.603,6	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	(11.460,9)	(11.688,6)	(11.315,1)	(11.231,5)	(9.975,3)	(14.348,5)	(15.196,8)	(16.107,6)	(16.690,2)	(16.988,4)	(17.892,0)	(18.373,8)	(17.941,2)
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6
II. DÍVIDA EXTERNA	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9
Euro	13.605,4	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4
Global US\$	71.692,1	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5
Global BRL	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9
Demais Títulos Externos	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9
Organismos Multilaterais	22.491,0	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.625,4	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.639.225,2	1.645.162,9	1.671.698,4	1.696.593,9	1.706.903,1	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	63,9%	63,4%	63,6%	63,7%	63,3%	61,5%	62,3%	62,3%	59,9%	59,6%	60,9%	58,2%	59,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/07	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/08
I. HAVERES INTERNOS	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.373,2
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.736,0
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9
Bônus Renegociados	8.750,7	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.189,9	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.846,2	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.362,4	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.449,8	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	272.293,2	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	42.355,8	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0
Antecipação de Royalties	13.523,1	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.328,2	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.513,0
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	124.890,6	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2
Fundos Constitucionais Regionais	36.769,5	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.799,0
Fundos Diversos	23.654,1	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.496,3	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1
Haveres de Operações Estruturadas	41.685,2	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5
Haveres Originários de Privatizações	6.841,6	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9
Haveres de Legislação Específica	23.715,9	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5
Demais Haveres Administrados pela STN	27.323,1	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2
II. HAVERES EXTERNOS	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	956.664,1	968.616,7	968.388,0	990.798,4	987.890,7	966.417,6	1.003.691,2	1.018.204,6	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.640,4
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	37,3%	37,3%	36,9%	37,2%	36,6%	35,5%	36,6%	36,8%	35,3%	35,5%	36,2%	33,6%	34,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	7.164,9	1.776,6	1.771,6	15.138,1	16.909,8	364.418,1	4.110,4	1.129,7	1.129,7	8.938,2	10.067,9
Senado Federal	126.845,6	15.605,5	5.925,4	5.923,2	14.308,2	20.231,4	75.801,6	12.002,0	4.744,1	4.739,5	10.588,3	15.327,9
Tribunal de Contas da União	53.646,7	4.909,7	2.936,7	2.936,7	3.433,0	6.369,7	61.538,6	37.221,8	3.209,2	3.209,2	19.186,5	22.395,7
Supremo Tribunal Federal	62.789,3	28.693,3	5.583,2	5.583,2	21.753,6	27.336,7	70.118,6	5.548,9	1.274,8	1.259,2	39.605,4	40.864,6
Superior Tribunal de Justiça	8.999,6	3.705,8	496,6	487,6	3.538,6	4.026,1	15.409,6	4.750,4	377,7	347,4	11.770,1	12.117,5
Justiça Federal ³	266.763,1	171.999,8	133.766,9	133.662,6	123.166,2	256.828,7	240.348,4	240.771,0	187.385,8	185.717,8	129.908,9	315.626,7
Justiça Militar	7.585,3	842,5	514,8	514,4	2.116,7	2.631,1	8.089,7	407,6	152,4	150,2	2.029,9	2.180,1
Justiça Eleitoral	179.537,6	93.622,4	22.747,9	22.543,0	48.287,2	70.830,2	298.994,5	179.467,8	90.385,3	80.185,4	69.514,4	149.699,8
Justiça do Trabalho	213.881,1	46.975,6	17.158,5	16.905,0	95.175,0	112.080,1	171.302,1	38.785,4	14.288,0	13.084,3	116.448,5	129.532,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	5.154,9	2.293,8	1.881,1	21.660,6	23.541,7	32.546,9	10.478,7	3.735,3	3.687,6	41.767,0	45.454,6
Presidência da República ⁴	854.969,0	96.439,5	52.052,2	51.844,8	56.313,5	108.158,3	1.350.237,5	264.106,9	59.064,7	58.107,5	169.643,0	227.750,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	13.516,9	580,9	560,6	133.884,7	134.445,4	51.991,4	4.685,6	332,7	293,0	13.113,9	13.406,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	545.121,0	94.312,2	31.988,7	30.180,9	171.262,3	201.443,2	825.342,7	313.603,1	15.706,2	8.464,4	296.264,4	304.728,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.446,8	331.092,0	99.988,3	92.328,2	259.399,2	351.727,5	1.163.124,8	350.271,5	116.577,8	105.761,0	207.442,3	313.203,3
Ministério da Fazenda ⁵	82.757,1	25.070,8	18.165,1	18.047,2	188.887,1	206.934,3	482.410,6	296.815,1	279.446,1	279.372,4	110.610,9	389.983,3
Ministério da Educação	1.861.728,5	331.287,0	177.737,2	164.726,8	649.193,5	813.920,3	2.934.331,1	992.496,5	416.496,7	401.405,9	1.403.159,1	1.804.565,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	4.079,4	2.349,6	2.239,4	39.273,6	41.513,0	196.170,7	16.207,2	5.121,5	5.120,7	22.338,4	27.459,2
Ministério da Justiça	987.826,2	313.212,1	217.570,7	213.654,2	277.496,4	491.150,6	1.320.059,5	410.252,7	89.283,9	89.110,5	208.847,2	297.957,7
Ministério de Minas e Energia	49.286,1	11.394,8	3.085,3	2.870,8	16.226,5	19.097,4	64.856,2	11.011,8	3.328,3	3.295,4	15.148,1	18.443,5
Ministério da Previdência Social	45.800,0	16.717,3	3.341,3	2.472,8	74.795,0	77.267,8	148.128,2	23.474,4	4.229,2	4.116,2	44.862,8	48.978,9
Ministério Público da União	301.972,4	31.971,5	13.175,9	13.064,8	76.055,3	89.120,2	168.537,2	15.414,8	1.785,2	1.785,2	115.444,2	117.229,3
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	7.182,2	6.418,2	6.404,1	6.571,5	12.975,6	38.569,2	5.995,0	5.921,7	5.921,7	1.151,5	7.073,2
Ministério da Saúde	4.645.831,3	300.146,8	130.979,7	129.601,9	951.535,3	1.081.137,2	3.623.689,1	1.048.049,1	65.876,0	62.446,4	690.579,3	753.025,7
Ministério do Trabalho e Emprego	64.485,9	20.255,7	11.447,6	11.447,0	33.371,7	44.818,7	107.302,8	16.269,6	4.621,1	4.613,3	6.574,8	11.188,0
Ministério dos Transportes	9.775.734,5	4.818.547,1	1.229.901,9	1.126.848,0	1.855.907,8	2.982.755,8	9.702.709,6	3.989.292,9	596.878,2	515.663,7	2.935.389,6	3.451.053,4
Ministério das Comunicações	174.365,3	7.863,6	1.665,0	1.657,1	92.623,6	94.280,7	39.184,4	755,5	320,2	320,2	36.947,9	37.268,1
Ministério da Cultura	243.969,2	50.912,2	7.833,7	7.721,2	50.133,3	57.854,5	263.788,7	40.568,4	7.185,2	7.185,2	69.856,1	77.041,3
Ministério do Meio Ambiente	96.375,9	2.135,4	950,5	944,4	17.612,3	18.556,7	170.023,1	8.659,7	1.659,2	1.652,4	23.030,6	24.683,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.826.915,9	678.261,0	558.563,7	556.124,6	185.618,3	741.742,9	1.887.082,2	599.670,3	373.259,4	373.259,4	351.245,5	724.504,9
Ministério do Esporte	604.468,5	251.358,6	143.429,7	143.429,7	149.317,6	292.747,2	898.825,3	473.291,3	421,9	407,1	117.306,8	117.713,9
Ministério da Defesa	3.117.079,6	1.152.156,1	751.244,7	738.417,1	593.037,6	1.331.454,8	4.482.145,8	1.859.127,3	518.069,1	493.633,0	914.964,7	1.408.597,7
Ministério da Integração Nacional	3.339.224,1	617.581,9	95.990,6	95.846,9	451.986,5	547.833,4	4.953.703,9	1.647.406,3	110.498,2	106.575,6	931.192,5	1.037.768,1
Ministério do Turismo	1.346.698,0	241.922,7	1.277,6	1.277,6	267.224,3	268.501,9	2.002.397,6	935.809,3	25.473,3	25.473,3	555.893,7	581.367,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	233.536,5	3.725,6	3.096,1	3.096,1	40.524,1	43.620,2	182.728,7	48.890,0	25.442,0	25.442,0	47.456,7	72.898,7
Ministério das Cidades	5.759.926,8	1.533.718,8	18.043,2	16.202,5	574.390,5	590.593,0	6.947.070,2	3.872.296,7	483.020,1	478.245,2	2.810.216,1	3.288.461,2
TOTAL	38.394.552,6	11.333.535,5	3.774.077,8	3.623.217,2	7.561.218,9	11.184.436,0	45.342.978,6	17.777.964,8	3.516.700,1	3.351.180,9	12.548.437,1	15.899.618,0

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 8 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

AGOSTO / 2008

Comentários

Em Agosto de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 22,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.760.538,5 (mil), ante R\$ 5.534.724,4 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago / 2008	Ago / 2008	Jan a Ago/ 2008
							Jul / 2008	Ago / 2007	Jan a Ago/ 2007
FPM	2.386.135,5	2.517.762,6	21.681.420,0	2.830.256,9	3.457.093,7	26.655.881,3	22,1%	37,3%	22,9%
FPE	2.280.084,8	2.405.861,8	20.717.799,6	2.704.467,5	3.303.444,9	25.471.174,1	22,1%	37,3%	22,9%
IPI-Exp	216.372,0	213.834,6	1.603.433,1	271.941,5	277.198,7	1.988.520,5	1,9%	29,6%	24,0%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JUNHO	+ 21,4 %	+ 22,1 %	+ 21,4 %	+ 22,1 %	- 3,30 %	+ 1,9 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 15,0 %	- 4,0 %	+ 14,0 %
IPI - EXP	+ 3,0 %	- 9,0 %	+ 15,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2008 a 20/08/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3º DEC	521.944	11.907.957	12.429.901	AGO/1º DEC	2.182.573	2.284.088	42.627	4.509.287
AGO/1º DEC	493.814	2.345.490	2.839.304	AGO/2º DEC	498.555	521.743	40.330	1.060.628
AGO/2º DEC	2.378.374	1.165.767	3.544.141	AGO/3º DEC	622.317	651.262	194.242	1.467.822
TOTAL	3.394.131	15.419.215	18.813.346	TOTAL	3.303.445	3.457.093	277.199	7.037.737

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.183,9	113.010,8	34,4
ALAGOAS	AL	82.256,2	137.426,6	975,5
AMAZONAS	AM	50.964,2	92.179,3	3.867,1
AMAPÁ	AP	13.338,5	112.713,5	184,1
BAHIA	BA	315.324,7	310.398,3	19.314,9
CEARÁ	CE	180.651,2	242.370,4	2.420,8
DISTRITOFEDERAL	DF	5.737,9	22.800,4	217,8
ESPÍRITOSANTO	ES	59.640,3	49.551,7	12.378,1
GOIÁS	GO	125.536,9	93.920,2	3.660,9
MARANHÃO	MA	144.353,6	238.449,3	3.259,0
MINASGERAIS	MG	453.996,2	147.152,0	33.090,6
MATOGROSSODOSUL	MS	52.637,0	44.001,9	1.655,6
MATOGROSSO	MT	63.166,9	76.240,2	3.420,0
PARÁ	PA	124.733,4	201.906,6	13.987,4
PARAÍBA	PB	111.702,5	158.198,7	652,3
PERNAMBUCO	PE	172.668,0	227.944,3	1.836,2
PIAUI	PI	86.075,9	142.755,1	77,3
PARANÁ	PR	234.851,6	95.244,9	27.038,6
RIODEJANEIRO	RJ	102.326,6	50.466,7	39.812,3
RIOGRANDEDONORTE	RN	87.248,6	138.014,6	576,6
RONDÔNIA	RO	30.327,5	93.011,8	597,4
RORAIMA	RR	10.575,0	81.948,6	13,2
RIOGRANDEDOSUL	RS	234.834,7	77.789,5	33.329,0
SANTACATARINA	SC	134.398,6	42.277,5	18.971,6
SERGIPE	SE	51.583,3	137.268,0	272,0
SÃO PAULO	SP	456.940,3	33.034,4	55.439,7
TOCANTINS	TO	53.040,5	143.369,5	116,3
TOTAL		3.457.093,7	3.303.444,9	277.198,7

Obs.: Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br

Boletim FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 8 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

AGOSTO / 2008

Em Agosto de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.371.571 (mil), ante R\$ 5.368.926 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um pequeno acréscimo de 0,05% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento os acréscimos da ordem de 22,1% do FPM e do FPE que compensaram o decréscimo de -6,2% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp.

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Origem	R\$ Mil					
	Agosto	Participação	Julho	Participação	Variação	
FPM	775.909	14,4%	635.222	11,8%	22,1%	
FPE	741.425	13,8%	606.990	11,3%	22,1%	
IPI-EXP	62.214	1,2%	61.035	1,1%	1,9%	
LC 87/96	29.786	0,6%	29.786	0,6%	0,0%	
ITR	407	0,0%	623	0,0%	-34,7%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	317.460	5,9%	317.400	5,9%	0,0%	
IPVA	97.304	1,8%	142.466	2,7%	-31,7%	
ITCMD	15.744	0,3%	24.672	0,5%	-36,2%	
ICMS	3.331.322	62,0%	3.550.733	66,1%	-6,2%	
TOTAL	5.371.571	100,0%	5.368.926	100,0%	0,05%	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio do telefone: (61)3966-4232 ;
- por meio do FAX: (61)3966-4664;
- por meio do e-mail: fundeb@fnde.gov.br;
- por correspondência endereçada à:

Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação

Endereço : SBS Quadra 02 Bloco F, Ed. Áurea – sala 1202
CEP: 70.070-929 Brasília-DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	18.883.356	10.597.693	29.481.050	4.236.761	2.377.749	6.614.510
AL	17.774.967	43.168.393	60.943.359	6.889.381	16.731.594	23.620.975
AM	16.006.151	19.519.196	35.525.347	25.475.327	31.053.267	56.528.594
AP	21.163.025	7.291.110	28.454.135	3.868.987	1.332.948	5.201.935
BA	68.124.899	150.522.095	218.646.994	46.053.911	101.756.205	147.810.116
CE	33.566.419	104.403.148	137.969.567	16.969.736	52.781.536	69.751.272
DF	6.696.530	-	6.696.530	-	-	-
ES	10.353.254	18.204.650	28.557.904	30.749.160	54.057.903	84.807.063
GO	26.169.975	24.325.821	50.495.795	54.873.004	51.006.542	105.879.546
MA	42.348.472	124.604.937	166.953.409	9.247.117	27.208.454	36.455.571
MG	82.692.983	63.554.958	146.247.941	212.284.015	163.181.613	375.465.627
MS	10.660.199	11.789.888	22.450.087	32.109.234	35.514.731	67.623.965
MT	17.618.748	15.041.281	32.660.028	46.572.746	39.766.829	86.339.575
PA	49.825.666	103.673.206	153.498.872	25.211.266	52.457.558	77.668.824
PB	27.018.464	37.988.649	65.007.113	14.530.841	20.430.732	34.961.573
PE	44.271.665	63.163.210	107.434.875	37.583.055	53.620.445	91.203.500
PI	20.964.050	43.507.834	64.471.884	7.428.439	15.409.824	22.838.262
PR	45.912.107	37.268.622	83.180.728	107.955.532	87.636.349	195.591.881
RJ	16.926.241	28.059.747	44.985.988	102.262.776	169.534.081	271.796.856
RN	21.724.701	29.073.843	50.798.544	15.421.405	20.638.236	36.059.640
RO	15.552.196	12.341.798	27.893.994	15.122.873	12.000.840	27.123.713
RR	15.646.696	5.134.736	20.781.432	3.438.378	1.128.364	4.566.742
RS	44.869.722	35.801.732	80.671.455	122.230.715	97.492.696	219.723.411
SC	23.381.036	21.607.638	44.988.673	71.123.027	65.727.834	136.850.861
SE	17.843.454	24.680.667	42.524.121	8.051.729	11.136.972	19.188.701
SP	75.304.557	56.433.305	131.737.862	700.650.590	525.074.356	1.225.724.945
TO	25.879.206	18.264.560	44.143.767	8.777.197	6.194.612	14.971.809
TOTAL	817.178.737	1.110.022.715	1.927.201.452	1.729.117.201	1.715.252.268	3.444.369.469

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED
Fone: (61)3412-3116
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br